



**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI N° 2701/1984**

Ementa

**REGULA A COLOCAÇÃO DE ANÚNCIOS EM TERRENOS ADJACENTES ÀS ESTRADAS MUNICIPAIS.**

Data da Norma

**27/04/1984**

Data de Publicação

**11/05/1984**

Veículo de Publicação

**Imprensa Oficial do Município-**

Matéria Legislativa

**[Projeto de Lei n° 3793/1983](#) - Autoria: Ari Castro Nunes Filho**

Status de Vigência

**Revogada**

Observações

**Veto Parcial Mantido**

**PUBLICIDADE**

**Autor: ARI CASTRO NUNES FILHO**

Histórico de Alterações

Data da Norma

18/06/1990

Norma Relacionada

**[Lei n° 3566/1990](#)**

Efeito da Norma Relacionada

Revogada por



LEI Nº 2701, DE 27 DE ABRIL DE 1984

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, -  
de acordo com o que decretou a Câmara Municipal, em sessão ordi-  
nária realizada no dia 03 de abril de 1984, PROMULGA a seguinte  
Lei:

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A colocação de anúncios em terrenos adjacentes -  
às estradas municipais dependerá de prévia licença da Secretaria -  
ria de Obras Públicas, observadas as disposições estabelecidas -  
nesta Lei.

Art. 2º - A licença será concedida a título precário, por -  
prazo certo, podendo, todavia, ser cancelada a qualquer tempo -  
por motivo de interesse público, independentemente de compensa-  
ção ou indenização de qualquer espécie.

Art. 3º - Para os fins desta Lei, consideram-se anúncios -  
ou painéis de anúncios quaisquer formas de comunicação visual, -  
constituídas por signos literais ou numéricos, imagens ou dese-  
nhos, colocados em qualquer ponto visível aos usuários da estrada.

Parágrafo único - Classificam-se os anúncios, de acordo -  
com a natureza de sua mensagem, em:

1 - indicativos: os que identifiquem a propriedade ou a -  
atividade exercida no local em que estiverem instalados, poden-  
do ser associados ou não à propaganda;

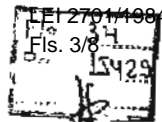
2 - Vetado.

3 - provisórios: os que contenham mensagens de caráter -  
transitório e com prazo de exposição inferior a 60 (sessenta) -  
dias.

SEÇÃO II

DOS ANÚNCIOS

Art. 4º - Somente será autorizada a colocação de anúncios -  
dos tipos previstos no artigo 3º cujas características, quanto -  
aos materiais a serem empregados na sua confecção, obedeçam nor-  
mas técnicas a serem baixadas por decreto.



Art. 5º Não será permitido anúncio mediante o emprego de -  
balão.

Art. 6º - Vetado.

Art. 7º - Os anúncios serão redigidos em vernáculo e não -  
conterão expressões ou desenhos atentatórios à moral, aos bons-  
costumes e à ordem pública.

§ 1º - É vedado, no anúncio, o emprego de formas ou expres-  
sões que aludam à sinalização de trânsito.

§ 2º - Será inscrito diretamente sobre os anúncios, no seu  
ângulo inferior esquerdo, o nome do interessado, bem como o nú-  
mero do processo em que foi autorizada sua instalação.

Art. 8º - Os anúncios serão esteticamente adequados ao am-  
biente em que vierem a ser exibidos, devendo apresentar bom aca-  
bamento em todo o conjunto.

Art. 9º - Excluída a face do anúncio, todas as demais par-  
tes visíveis do conjunto serão pintadas em cor verde.

Art. 10 - Os anúncios não serão inscritos ou aplicados em-  
árvores ou qualquer tipo de vegetação, pontes, viadutos, cer-  
cas, porteiras, postes, barrancos, pedras, etc.

Art. 11 - Os anúncios não serão refletivos, móveis, no todo  
ou em parte, e nem iluminados por pisca-piscas ou luzes intermi-  
tentes.

Parágrafo único - Somente será permitida a iluminação nos-  
anúncios, se esta for projetada de tal forma que os raios ou fa-  
chos de luz não incidam em qualquer parte da faixa de domínio -  
da estrada, não possuam brilho ou intensidade que possam ocasio-  
nar ofuscamento, não prejudiquem a visão dos motoristas e não -  
interfiram na operação ou sinalização do trânsito.

Art. 12 - Vetado.

### SEÇÃO III

#### DAS CONDIÇÕES DE LOCALIZAÇÃO

Art. 13 - A colocação de anúncios em terrenos adjacentes -  
à faixa de domínio do Município, somente será permitida quando  
não prejudique a estética, a visibilidade e a perspectiva pano-  
râmicas.

§ 1º - Os anúncios, sejam ...vetado... indicativos ou pro-  
visórios, serão instalados a uma distância mínima de 5 m (cinco  
metros) das cercas ou linhas delimitadoras da faixa de domínio-  
do Município.

§ 2º - A distância referida no parágrafo anterior será me-  
dida perpendicular e horizontalmente às cercas ou linhas deli-



mitadoras da faixa de domínio do Município, a partir do ponto do anúncio mais próximo destas.

§ 3º - Vetado.

1 - Vetado.

2 - Vetado.

3 - Vetado.

§ 4º - Vetado.

Art. 14 - Vetado.

Art. 15 - Os anúncios indicativos associados à propaganda atenderão às condições de localização estabelecidas para os anúncios publicitários.

#### SEÇÃO IV

##### DA LICENÇA

Art. 16 - O pedido de licença será protocolado na Secretaria de Obras Públicas e instruído com:

I - modelo de anúncio;

II - croqui cotado da situação do anúncio com as seguintes indicações: estrada, trecho, lado e distância da cerca ou linha delimitadora da faixa de domínio do Município;

III - desenho e especificação dos materiais de estrutura de sustentação do anúncio, assinado por profissional competente;

IV - nos casos de anúncio indicativo ou provisório, comprovação, conforme o caso, da:

a) atividade exercida no local;

b) propriedade ou posse legítima;

c) autorização do proprietário ou de quem detenha a posse a justo título.

V - cópia do comprovante de pagamento da Taxa de Licença de Publicidade, se for o caso, e da tarifa de vistoria de instalação, fixada por decreto.

Art. 17 - A licença será concedida por prazo não superior a:

I - 2 (dois) anos, para os anúncios indicativos...Vetado...

II - 60 (sessenta) dias, para os anúncios provisórios.

§ 1º - Os prazos acima referidos poderão ser prorrogados, sucessivamente, por período iguais ou inferiores aos estabelecidos na licença, desde que os interessados não tenham incorrido em qualquer infração às normas desta Lei.

§ 2º - O pedido de prorrogação deverá ser apresentado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término de sua



vigência, no caso do inciso I, e de 10 (dez) dias, no caso do inciso II, ambos deste artigo.

§ 3º - A prorrogação da licença obriga ao pagamento de nova tarifa de vistoria de instalação, sem prejuízo do recolhimento da taxa de Licença de Publicidade.

Art. 18 - Durante o prazo de vigência da licença, mediante o pagamento de nova tarifa de vistoria de instalação, é facultada a substituição do anúncio por outro de área equivalente, prevalecendo o prazo inicial.

Parágrafo único - O pedido de substituição será instruído com o modelo a que se refere o inciso I do artigo 16.

Art. 19 - O interessado deverá estar com o anúncio instalado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da outorga da licença.

Parágrafo único - A inobservância do prazo estabelecido no "caput" deste artigo acarretará automaticamente a caducidade da licença e a perda da respectiva tarifa de vistoria de instalação.

Art. 20 - No prazo de 30 (trinta) dias, contados do termo da licença, será retirado o anúncio pelo interessado.

Parágrafo único - Descumprida essa obrigação, a Secretaria de Obras Públicas, promoverá a retirada do anúncio, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Seção VI desta Lei.

Art. 21 - O licenciamento para a instalação de anúncios não implica no reconhecimento, pela Administração, da segurança e estabilidade de sua estrutura de sustentação.

Art. 22 - Durante o prazo de vigência da licença, o interessado é obrigado a promover a conservação e a manutenção adequadas do anúncio.

§ 1º - Pela inobservância do disposto neste artigo, será o interessado notificado, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, atenda à determinação.

§ 2º - O não atendimento da notificação acarretará a retirada do anúncio, com o automático cancelamento da licença, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Seção VI desta Lei.

#### SEÇÃO V

#### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 23 - A fiscalização da instalação e da manutenção



dos anúncios será de competência da Secretaria de Obras Públicas.

Art. 24 - No caso de instalação de anúncio em desacordo com as condições da licença mas com possibilidade de ser regularizado no local, o interessado será notificado, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação, atenda à determinação.

§ 1º - Na impossibilidade de regularização de anúncio como previsto no "caput" deste artigo, será o interessado notificado, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação, proceda à sua remoção.

§ 2º - Findos os prazos acima referidos e não sanada a irregularidade ou não efetivada a remoção do anúncio, ficará o infrator sujeito à penalidade de multa prevista no inciso I do art. 28.

§ 3º - Se reincidente, ficará o infrator sujeito às penalidades capituladas nos incisos I e IV do art. 28.

Art. 25 - Os anúncios instalados sem a competente licença, ainda que atendidas as especificações técnicas desta Lei, serão removidos e os infratores sujeitos às penalidades previstas nos incisos I e IV do artigo 28.

Art. 26 - As despesas resultantes da desmontagem e da remoção do anúncio serão apropriadas pela Secretaria de Obras Públicas e ressarcidas pelo infrator.

Art. 27 - O material resultante da demolição do anúncio permanecerá no depósito municipal pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, à disposição do interessado, que poderá proceder à sua remoção, atendidas as formalidades legais.

Parágrafo único - Findo o prazo concedido, o material será doado ao Serviço Social do Município.

#### SEÇÃO VI

##### DAS PENALIDADES

Art. 28 - Pela inobservância das normas desta Lei, fica o responsável sujeito às seguintes penalidades:

- I - multa;
- II - remoção do anúncio;
- III - cancelamento da licença;
- IV - impedimento de colocar anúncio pelo prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo único - Na reincidência, o prazo da penalidade-



prevista, no inciso IV deste artigo será aumentado para 4 (quatro) anos.

Art. 29 - Sem prejuízo da aplicação da multa, o infrator será notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, cumprir as exigências desta Lei.

Art. 30 - A multa a que se refere o inciso I do art. 28 será equivalente ao valor de 5 UF vigente na data da autuação.

Art. 31 - A aplicação da penalidade de remoção do anúncio durante a vigência da licença importará automaticamente no cancelamento desta.

Parágrafo único - Se o infrator não remover o anúncio no prazo estabelecido incorrerá também nas penas previstas no inciso IV do artigo 28.

Art. 32 - Cancelada a licença, o infrator somente poderá requerê-la novamente para o mesmo local, e no trecho compreendido entre 200 m (duzentos metros), aquém e além daquele ponto, em ambas as margens da estrada, após 30 (trinta) dias, contados da data do despacho de cancelamento.

#### SEÇÃO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 - Nos casos de implantação de ter-  
vos, construção de obras de arte, alargamento ou duplicação de estradas e outras alterações técnicas necessárias à segurança do trânsito e do tráfego, os anúncios instalados que vierem a ficar em desacordo com as disposições desta Lei, deverão ser removidos pelos interessados, ficando canceladas as respectivas licenças.

§ 1º - Ocorrendo qualquer das hipóteses acima, o interessado será notificado para que, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da notificação, proceda à remoção do anúncio.

§ 2º - Descumprida a exigência do parágrafo anterior o anúncio será removido pela Secretaria de Obras Públicas, e o infrator ficará sujeito às penalidades previstas no artigo 28.

Art. 34 - Os responsáveis pelos anúncios instalados em terrenos adjacentes às estradas municipais respondem por qualquer dano ou prejuízo causado, em decorrência de sua instalação e manutenção, à rodovia, à sua sinalização ou a terceiros, seja por dolo, culpa, ignorância ou omissão exonerado o Município



- fls. 07 -

de qualquer responsabilidade.

Art. 35 - Ficam criadas áreas destinadas à inserção de mensagens institucionais de utilidade pública, aprovadas, privativamente, pelo Prefeito Municipal.

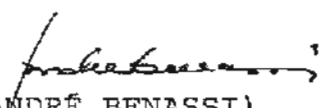
§ 1º - Vetado.

§ 2º - Vetado.

§ 3º - Vetado.

§ 4º - Vetado.

Art. 36 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
(ANDRÉ BENASSI)

\_\_\_\_\_  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos vinte e sete dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e quatro.

  
(ADONIRO JOSÉ MOREIRA)

Secretário da SNIJ

na.-